

135

A COR DAS CRIANÇAS COMO DETERMINANTE DE DESIGUALDADES NA QUALIDADE DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE INFANTIL NA REGIÃO SUL DE PORTO ALEGRE.*Tainá de Freitas Calvette, Vinicius Jardim Campos, Erno Harzheim, Carlos Álvarez-Dardet, Bruce Bartholow Duncan (orient.) (UFRGS).*

Introdução: Há poucos estudos sobre o efeito das desigualdades existentes na qualidade da Atenção Primária em Saúde (APS) no Brasil. Visto que a luta contra as desigualdades em saúde e a busca pela equidade são diretrizes fundamentais do SUS, pesquisas nessa área são essenciais. **Objetivos:** Identificar o efeito da cor das crianças na qualidade da APS recebida em serviços públicos de saúde da região sul de Porto Alegre. **Metodologia:** Estudo transversal comparativo da qualidade da APS entre crianças brancas e não-brancas. Foram entrevistadas 468 cuidadoras de crianças de 0-2 anos residentes nas áreas de abrangência dos serviços de saúde no ano de 2002. Para definir qualidade da APS foi utilizado o instrumento validado PCATool-Brasil. Este mede a extensão dos atributos essenciais e derivados da APS, produzindo uma medida resumo chamada Escore Geral da APS (escore: 8-32), classificada como Alto (≥ 24) ou Baixo Escore (< 24). A cor das crianças foi definida pelo cuidador de acordo com as categorias do IBGE (negra, branca, amarela, parda, indígena). **Resultados:** A média de idade das crianças foi 12, 8 meses, das quais 65% tinha cor branca. Entre as crianças com Alto Escore Geral de APS, 71, 2% eram brancas, enquanto entre as crianças com Baixo Escore, 61, 5% eram brancas ($p=0,01$). Na análise multivariável, a cor branca estava significativamente associada com o Alto Escore Geral de APS com uma Razão de Chances = 1,93 (IC=1,21-3,10), controlada para a idade, tipo de serviço de saúde e variáveis socioeconômicas. **Discussão:** Desigualdades em saúde relacionadas à cor da população brasileira vem sendo identificadas em outros estudos. Entretanto, ao identificarmos desigualdades na qualidade da atenção à saúde relacionadas à cor das crianças, torna-se imperativa a adoção de medidas que visem impedir diferenças sistemáticas nas ações de saúde que as crianças recebem nos serviços de atenção primária. (PIBIC).